

## FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CABO FRIO/RJ

Izábيا Coutinho da Silva<sup>1</sup>  
Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira<sup>2</sup>

### Resumo:

O presente artigo busca analisar os processos de fragmentação socioespacial nas cidades como um processo contemporâneo de desenvolvimento do capitalismo que tem colocado em xeque conceitos clássicos do começo da urbanização/industrialização da sociedade. Partimos da identificação da intensificação do processo de urbanização sob os ditames capitalistas que afetou a produção das cidades, tanto no que se refere aos seus espaços quanto no que diz respeito às relações nelas estabelecidas. Hoje, para além do processo de segregação socioespacial, característico das cidades, novos processos têm se combinado para a conformação de novas formas de diferenciação no meio urbano, agravando sua precária sociabilidade. A essa conjunção de processos e consequentes reestruturas urbanas, é atribuída a noção de fragmentação socioespacial. De maneira a se precisar os desdobramentos desse fenômeno, utilizamos a análise da cidade de Cabo Frio/RJ, nos dados que revelam as desigualdades na cidade. O desdobramento da análise demonstrou que a cidade se enquadra em um padrão de desenvolvimento da fragmentação, inicialmente identificado nas diferenças entre os dois distritos da cidade.

**Palavras-chave:** Fragmentação socioespacial; Urbanização; Cabo Frio; Desigualdade socioespacial.

## SOCIOESPACIAL FRAGMENTATION IN CABO FRIO/RJ

### Abstract:

This article seeks to analyze the processes of socio-spatial fragmentation in cities as a contemporary process of capitalist development that has called into question classic concepts from the beginning of the urbanization/industrialization of society. We start by identifying the intensification of the urbanization process under capitalist dictates, which has affected the production of cities, both in terms of their spaces and the relationships established in them. Today, in addition to the process of socio-spatial segregation, characteristic of cities, new processes have combined to create new forms of differentiation in the urban environment, aggravating its precarious sociability. This combination of processes and consequent urban restructuring is referred to as socio-spatial fragmentation. In order to clarify the consequences of this phenomenon, we used an analysis of the city of Cabo Frio/RJ, in the data that reveals the inequalities in the city. The analysis showed that the city fits into a pattern of fragmentation, initially identified in the differences between the city's two districts.

**keywords:** Socio-spatial fragmentation; Urbanization; Cabo Frio; Socio-spatial inequality.

## 1. Introdução

A intensificação do processo de urbanização sob os ditames capitalistas afetou a produção das cidades, tanto no que se refere aos seus espaços quanto no que diz respeito às relações nelas estabelecidas. Hoje, o espaço inerente à cidade capitalista, sobretudo das grandes cidades, é caracterizado essencialmente pelo fato de ser diferenciado, se tornando um mosaico irregular com áreas de diversos tamanhos, formas e conteúdo, produzidos por agentes sociais diferenciados. A este fenômeno, é atribuída a noção de *fragmentação*

<sup>1</sup> Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (2022). E-mail: izabiacoutinho@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2018). Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). E-mail: sergio.teixeira@unila.edu.br.

*socioespacial* (SPOSITO, 2011; SPOSITO E GOÉS, 2013; SPOSITO, 2018; SPOSITO E SPOSITO, 2020).

Tal fenômeno tornou-se hoje um dos elementos modernos relacionados com o processo de urbanização, dotando a cidade de elementos que antes estavam subjugados aos processos de segregação, mas que hoje tomam proporções e processos novos, de dimensões variáveis que colocam a cidade em pedaços. Como forma de analisar esse processo, tomamos como objeto a cidade de Cabo Frio/RJ, por entendermos que nesta cidade algumas características fazem com seja locus privilegiados para organização desses processos.

Um dos primeiros elementos que trazemos ao debate é o fato da cidade receber influência da Região Produtiva do Petróleo, a Bacia de Campos, situada em Macaé, no Norte Fluminense. Isso inclui a distribuição dos lucros provenientes das atividades petrolíferas, como *royalties* e participações especiais<sup>3</sup>, para os municípios próximos à Bacia de Campos, como é o caso de Cabo Frio. Ou seja, a instalação de E&P – Exploração de Petróleo e Gás acarretou uma série de transformações nos territórios do petróleo, sobretudo, em caráter fragmentário, tanto territorial (Vainer, 2007), quanto socioespacial (Sposito e Góes, 2013).

Desse modo, o recorte territorial em questão sofreu uma série de transformações político-administrativas, que redefiniram os limites do município e, conseqüentemente, potencializaram as desigualdades socioespaciais experienciadas até atualmente.

Os vínculos teóricos estabelecidos para a compreensão desses cenários foram ancorados nas principais atribuições acerca da fragmentação socioespacial enquanto conceito e/ou paradigma. Em seguida, nosso objetivo é identificar e averiguar seus desdobramentos no que tange, sobretudo, à questão da fragmentação no município de Cabo Frio/RJ, a partir da espacialização e análise de dados.

## 2. Fundamentação Teórica

A fragmentação socioespacial deve ser entendida como um processo multidimensional observável e aferível nas cidades, independentemente de seu porte ou posição na rede de cidades, ainda que dela se estabeleçam diferenciações importantes. Por ser um processo contemporâneo, constituído de várias dinâmicas em curso, a fragmentação socioespacial caracteriza-se por ser um conceito polissêmico, ou seja, no qual é passível de ser atribuído uma série de significações (SPOSITO E SPOSITO, 2020).

Segundo Legroux (2021), a conceitualização desta noção nasce da procura de uma ferramenta descritiva e analítica para explicar as mudanças e as reestruturações em curso no espaço urbano a partir da década de 1970. Geradas pela lógica econômica atual em seus diferentes desdobramentos, tais mudanças contribuem para que se discorra, para além do processo de segregação socioespacial, característico das cidades, novas formas de diferenciação que agravam a precária sociabilidade existente nos espaços intra-urbanos<sup>4</sup>.

Desta maneira, para nós, as relações fragmentárias são, antes de tudo, derivações dos macroprocessos sociais que diferenciam as classes e estratos de classes na sociedade

<sup>3</sup> Consiste em um pagamento adicional para poços de petróleo que possuíssem alta rentabilidade ou grande volume de produção, conforme o Art. 50, da Lei nº 9.478/97

<sup>4</sup> O debate sobre a organização dos espaços intraurbanos leva em conta a necessidade, destacada por Villaça (2001), de diferenciar a escala do urbano nas relações com as cidades e a escala do urbano na sua relação reticular entre outras cidades de uma dada rede.

capitalista; o que nos leva a também aferir que os antigos processos de segregação socioespacial são, segundo Sposito e Góes (2013), radicalizados por meio da fragmentação socioespacial, materializando-se na produção e/ou na reestruturação dos diferentes espaços urbanos. É por isso que, na investigação do processo de fragmentação na cidade de Cabo Frio/RJ, começamos por aferir as mudanças conjunturais que levaram à superação do conceito de segregação.

Das ferramentas utilizadas no campo da pesquisa urbana, o conceito de segregação é o que apresenta uma história mais longínqua (SPOSITO E GÓES, 2013). Proposto inicialmente no contexto da Escola de Chicago mediante a denominação “segregação residencial”, “[...] sua origem esteve associada à ideia de que o uso residencial do espaço urbano resultaria de um processo de competição entre os cidadãos, gerando grandes áreas de homogeneidade interna, tanto socioeconômica como cultural” (SPOSITO E GÓES, 2013, p. 279).

Mediante o desenvolvimento dos estudos e pesquisas urbanos, a este conceito foram acrescidos uma série de adjetivos, tais como “social”, “espacial”, “socioespacial”, “urbana”, “residencial”, “étnica”, de maneira a distinguirem-se conceitualmente da terminologia adotada inicialmente ou de serem utilizados como sinônimos da mesma, o que mais contribuiu para uma confusão conceitual do que para uma explicação científica. Nesse sentido, vários foram os sentidos atribuídos a esta palavra com o decorrer do tempo.

Ainda hoje, o conceito de segregação faz referência ao uso residencial do espaço urbano. Entretanto, à medida que se tem observado a reestruturação das cidades, frente à complexificação dos processos que ali ocorreram e ainda ocorrem, o conceito de segregação deixou de ser suficiente no que concerne a compreensão e investigação da realidade contemporânea. Mediante esta perspectiva, Sposito (2011) aponta que na atualidade pode-se falar em um processo que não é mais apenas de segregação socioespacial, nela incluída outras iniciativas: processo pelo qual ela denomina como “fragmentação socioespacial”.

Segundo Sposito e Góes (2013, p. 305) a fragmentação é:

[...] A fragmentação [...] é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas [...] agora, novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente.

Neste contexto, as distâncias socioespaciais entre os cidadãos tendem a se expressar não apenas considerando a dimensão habitacional, estendendo-se a outros planos da vida urbana, tal como ao plano de **consumo**, do **lazer** e do **trabalho**. “Trata-se do aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação socioespacial” (SPOSITO, 2011, p. 142).

Para Alves (2020), mediante esta conjuntura, a vida e o cotidiano dos cidadãos passam a ser redefinidos por certa maximização da diferenciação socioeconômica efetivada no distanciamento ou fechamento das interações sociais (ALVES, 2020).

Na mesma direção, para Legroux (2021), a fragmentação vai além da separação física e social para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre diferentes pedaços cada vez mais desconexos e diferenciados. Para o autor, ela se expressa através de i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções

atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações a qual se derivam os processos de *segregação* e *autossegregação*. Essa última noção é para nós fundamental, uma vez que demonstra o sentido do novo parâmetro de exclusão nas cidades. Ocorre que, desde que os processos de pobreza se aprofundaram, as cidades foram tomadas por porções de pobreza que não mais se encontram em zonas isoladas e periféricas; outrossim, é a periferização do centro que dá nova forma ao processo urbano, levando as elites a fragmentarem as cidades em espaços fechados a sua riqueza. Trata-se de redes de fragmento das cidades, em que a elite transita na imensa pobreza que produzem por meio do uso corporativo da cidade.

Designando um processo de partição, segundo Navez-Bouchenine (2002), a fragmentação socioespacial caracteriza a explosão<sup>5</sup> de um objeto espacial [a cidade] considerado como portador de uma unidade social. Frente a esta perspectiva, a lógica fragmentária faz referência à existência e constituição de espaços urbanos sob a forma de um arquipélago de fragmentos (pedaços, ilhas, enclaves, etc.) mal articulados entre si e com altos níveis de desigualdades em termos de acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos (LEGROUX, 2021, p. 35).

Dentre outros processos que contribuem para a deflagração/caracterização da fragmentação nas cidades, destaca-se o recente processo de autossegregação, isto é, o auto isolamento e a separação voluntária das classes médias e altas em espaços residenciais fechados (SPOSITO E GÓES, 2013). Segundo Dal Pozzo (2011), com a influência do neoliberalismo, em consonância com novas formas de produzir o espaço urbano e de como organizá-lo, nos deparamos com um nível de complexidade maior acerca da segregação socioespacial, agora exigindo a incorporação da análise da autossegregação, mobilizada por parâmetros típicos das sociedades neoliberais, tais como a individualidade e o medo.

Aqui, cabe fazer uma diferenciação conceitual. Enquanto que na segregação “[...] é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria (maioria em termos populacionais, mas minorias em termos de representação), submetida a essa condição por razões de diferentes ordens [...]” (SPOSITO E GÓES, 2013, p. 281) caracterizando a *segregação imposta* (CORRÊA, 2004, p. 64), o termo *autossegregação* é a expressão da vontade daqueles que decidem se separar do restante cidade, em tendência, do grupo com melhores condições socioeconômicas. Segregação e autossegregação constituem, assim, facetas do processo de fragmentação, de maneira que a distinção entre estas duas está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece (SPOSITO E GÓES, 2013).

O avanço em uma perspectiva da fragmentação ocorre, portanto - e como já referenciado - por conta da segregação ter se transformando em um conceito restrito, insuficiente para investigação das novas complexidades das práticas presentes nas cidades (ALVES, 2021). De maneira paralela, a fragmentação começa a despontar como conceito quando se coloca como explicação abrangente da realidade (LEGROUX, 2021). A mesma ganha corpo para explicar a complexidade dos processos atuais das cidades, organizando um quantitativo considerável de processos e conceitos, alguns mais antigos (como os de segregação, de periferização, de diferenciação socioespacial, de desigualdades de acesso a

<sup>5</sup> O debate sobre a explosão/implosão da cidade é feito por Lefebvre (2004, 2006).

bens e serviços básicos, desigualdades de renda, etc.) – e outros mais recentes (autossegregação, concentração dos mais ricos, policentralidade, etc.) (LEGROUX, 2021, p. 239).

Deste modo, constata-se que a noção de fragmentação socioespacial não nega outros conceitos e processos, mas, ao contrário, integra-os à análise, de modo a tornar-se uma ferramenta analítica e teórica para compreender as mudanças do urbano e as relações entre espaço e sociedade na fase atual do capitalismo (LEGROUX, 2021, p. 239). Segundo Legroux (2021) este conceito de investigação do urbano foi se fortalecendo a partir de análises empíricas recentes, empreendida no contexto das cidades contemporâneas. Nossa intenção com esse artigo é demonstrar a validade da hipótese da fragmentação por meio do estudo da cidade de Cabo Frio/RJ.

### 3. Metodologia

O estudo em questão teve como aporte metodológico, a revisão da literatura acerca da Fragmentação Socioespacial como um processo inerente a formação das cidades brasileiras, sobretudo, no contexto urbano, buscado em Sposito (2011, 2018 e 2020) e Legroux (2021), que concentram suas pesquisas nessa temática. Bellini e Stephan (2015) com as contribuições sobre o desenvolvimento desigual e combinado dos territórios do petróleo.

Além da revisão bibliográfica, foi construído um banco de dados com variáveis oriundas dos Microdados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Consideramos na construção desse banco dados que revelem a dinâmica populacional e os elementos que compõem os vetores da fragmentação e a segregação.

Em seguida, rodamos essas informações no *software* QGis 3.36.0, um SIG (Sistema de Informações Geográficas) para a construção de mapas que representassem as diferenciações espaciais e a segregação dentro do Município de Cabo Frio/RJ. Nesse sentido, foram produzidos 7 mapas contendo as informações da Malha de Setores Censitários (2010).

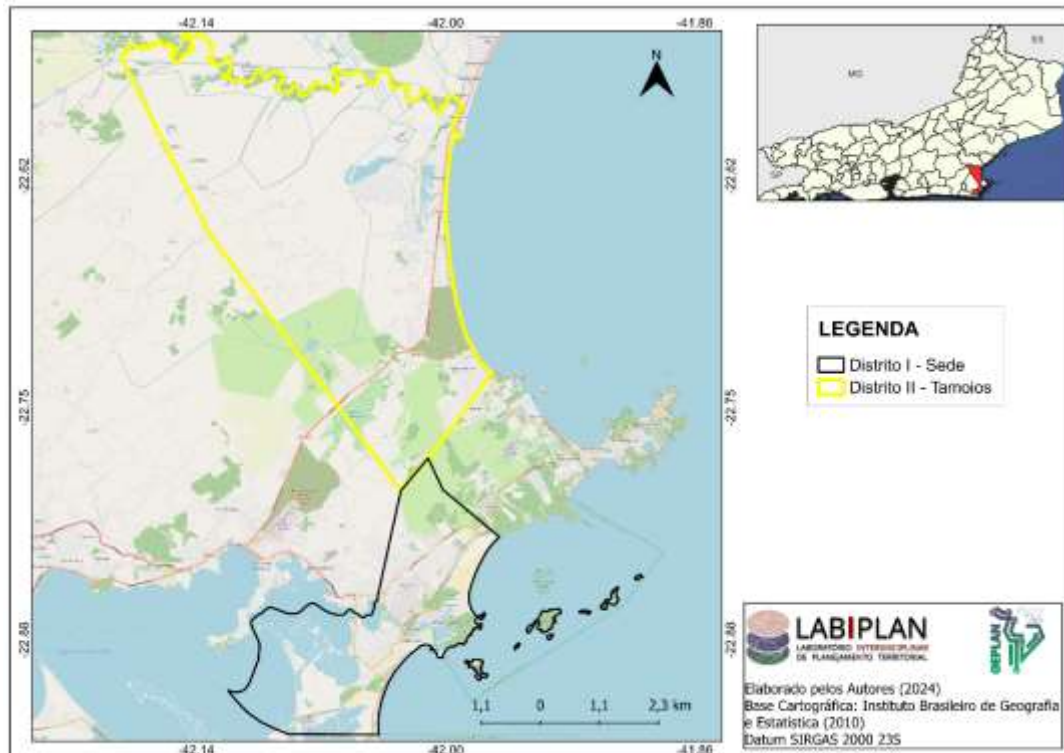
As seguintes variáveis foram especializadas nessa pesquisa, como: a) Localização de Cabo Frio; b) População Total; c) População Negra; d) Renda média; e) Mulheres Chefes de Família; f) Situação do Entorno 1: Sem pavimentação e g) Situação do Entorno 2: Sem bueiro.

### 4. Resultados e Discussões

Em nosso estudo, analisaremos os desdobramentos da fragmentação socioespacial, partindo da perspectiva que os *royalties* do Petróleo e as participações especiais constituem uma parcela significativa do Produto Interno Bruto do Município.

O município localiza-se na mesorregião das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, dividida em dois distritos. A divisão político-administrativa do território de Cabo Frio está configurada segundo o Art. 9º da Lei Orgânica de Cabo Frio, em dois distritos que são: I -1º Distrito de Cabo Frio, Distrito Sede; 2º Distrito, Tamoios, conforme a Figura 1.

**Figura 1:** Mapa de Localização de Cabo Frio/RJ, com destaque para divisão distrital



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, deu-se início a vários movimentos emancipatórios no Brasil, em busca de maior autonomia municipal, resultando no aumento significativo na criação de novos municípios no Brasil. À vista disso, a região da Baixada Litorânea, sobretudo, recorte territorial em questão, foi elevado à categoria de Município em 1615. Em 1678, existiam 2 distritos: Cabo Frio e Araçá (no presente, Tamoios). Em 1924, possuía 4 distritos: Cabo Frio, Araçá (Tamoios), Arraial do Cabo e Saco Fora (Armação dos Búzios). No entanto, em 1985, com a instalação da Nova República, Arraial do Cabo se emancipa. Logo em seguida, no ano de 1995, Saco Fora (Armação dos Búzios) é elevada à categoria de município.

Desde a emancipação do município de Búzios, o distrito de Tamoios tenta se emancipar, aguardando desde 2010 a Assembleia Legislativa (ALERJ) realizar um plebiscito para discutir a possível emancipação, com isso existem diversos movimentos populares de emancipação, liderado pela população de Tamoios, com o intuito gerir os recursos provenientes dos *royalties* e de expor a falta de acesso à infraestrutura, mobilidade urbana, saúde, educação, segurança pública, extração ilegal de minerais e degradação ambiental, provenientes da má gestão pública.

É de referir mesmo que não seja confirmado, estima-se que Tamoios contribui com a maior parte das receitas provenientes do setor petrolífero recebidas pelo seu município, representando mais de 70% do total, considerando 299,595 km<sup>2</sup> de área total e o Distrito I - Sede 113,873 km<sup>2</sup>, de acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE.

De acordo com Bellini e Stephan (2015, p. 45):

Esses investimentos públicos, por sua vez, passam a diferenciar os lugares e a desenvolver desigualdades socioespaciais entre os municípios produtores de petróleo e gás. Por fim, dá-se a fragmentação territorial, quando a competição pela localização de empreendimentos e pelos investimentos pressiona os municípios em relações de divergência de interesses, sem perspectivas de cooperação intermunicipal.

No entanto, os autores defendem que a aquisição da compensação financeira pelos municípios, geram diferenças que são manifestadas a partir de desigualdades socioespaciais, onde algumas regiões se destacaram por uma gestão territorial maior acerca da compensação financeira, resultando à fragmentação do território e um conflito de interesses entre as partes, sem buscar uma cooperação entre si.

Logo, essa disputa entre os municípios respaldará a dinâmica local, pois dentro dessas espacialidades haverá um direcionamento territorial específico dos recursos públicos a fim de atrair à fixação do capital, no oferecimento de serviços, infraestruturas e isenções fiscais. O qual tratará do “aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação socioespacial” (SPOSITO, 2011, p. 142).

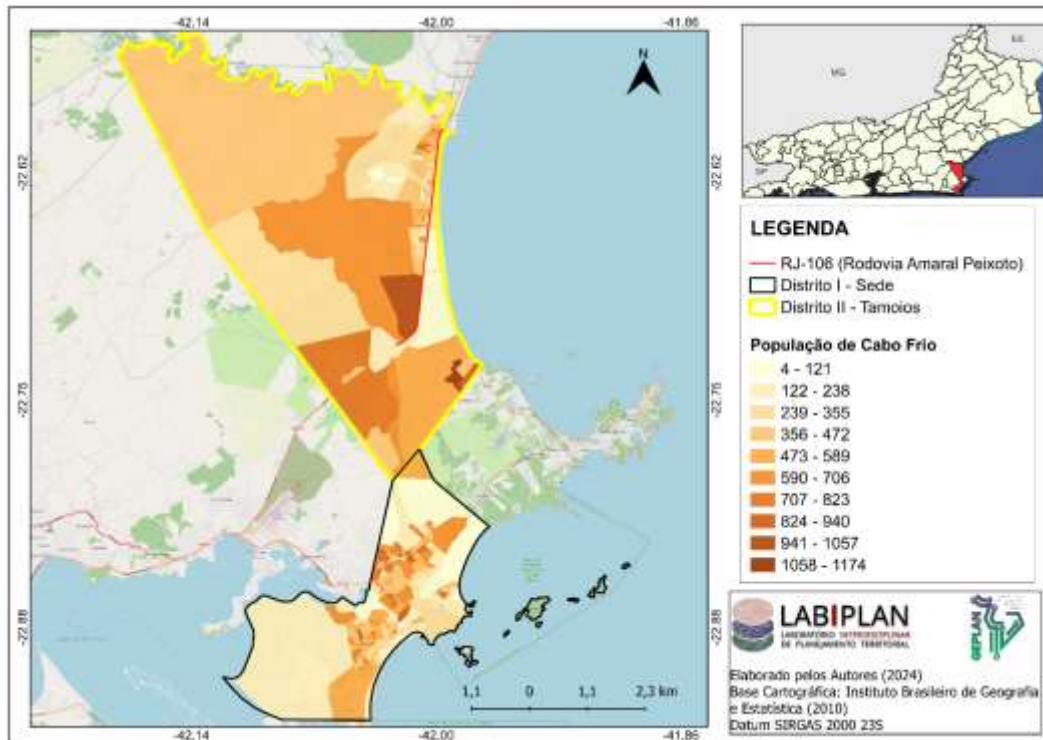
Para a análise da Fragmentação Socioespacial, utilizamos os dados da Malha de Setores Censitários do Censo do IBGE (2010) para destacar os principais vetores da Fragmentação e Segregação dentro do recorte territorial. Além disso, consideramos dados específicos sobre mulheres chefes de família, juntamente com informações sobre raça/cor e infraestrutura. Esses dados são essenciais para compreender como uma série de fatores que moldam a dinâmica local impactam radicalmente o cotidiano dos cidadãos e servem como base para a análise dos mapas que serão apresentados.

A região apresenta uma dinâmica populacional diversificada, influenciada por ciclos migratórios de diversas regiões e períodos, como a Baixada Fluminense e a Zona Oeste Fluminense, principalmente devido ao alto índice de violência nessas áreas. A entrada do município na compensação financeira dos *royalties* do petróleo favoreceu para a expansão dessa dinâmica, uma vez que, em certo período, o distrito funcionava como "cidade dormitório", atendendo às demandas da indústria do petróleo.

Destaca-se também a importância da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), construída na década de 1940 com a política de infraestrutura de Getúlio Vargas, no desenvolvimento urbano do distrito, favorecendo a interiorização do município e a expansão urbana. Como mostra a figura 2, a presença da rodovia facilitou o acesso a Tamoios, permitindo a integração da região com outras localidades e estimulando o desenvolvimento econômico e social. A infraestrutura viária proporcionada pela Rodovia Amaral Peixoto contribuiu para a expansão urbana e a conexão de Tamoios com os centros urbanos vizinhos, impulsionando o crescimento desenfreado da região e o descaso do poder público em lidar com essa questão.

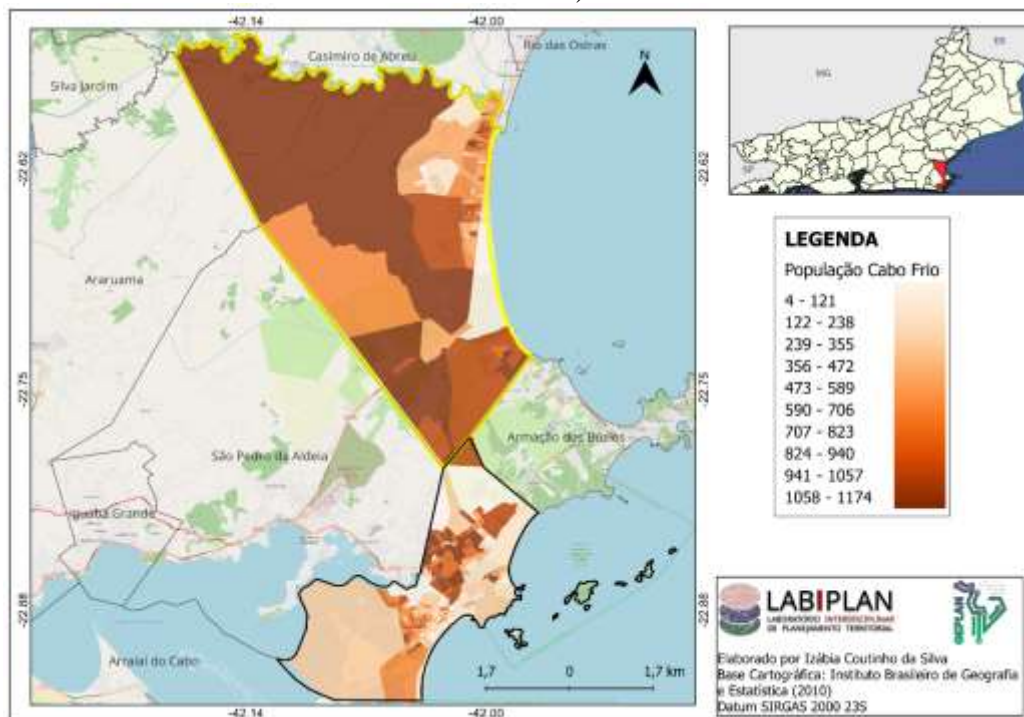
Em complemento à análise acima, a espacialização da População Negra (figura 3), especialmente na região do Distrito II, permite-nos compreender o papel crucial que essa população desempenha na formação do município, desde os tempos coloniais até os dias atuais. Foram os primeiros a ocupar essa localidade, e a região, que está no centro do Distrito II, a Fazenda Campos Novos, ficou conhecida como o principal centro de articulação para recebimento, venda e distribuição de pessoas negras. Nesse sentido, a região tornou-se rota de fuga desses povos trazidos da África, culminando na criação dos Quilombos.

**Figura 2:** Mapa de População Residente em Cabo Frio/RJ (por setor censitário)



Fonte: Malha de Setores Censitários, IBGE (2010)

**Figura 3:** Mapa de Espacialização da População Negra em Cabo Frio/RJ (por setor censitário)



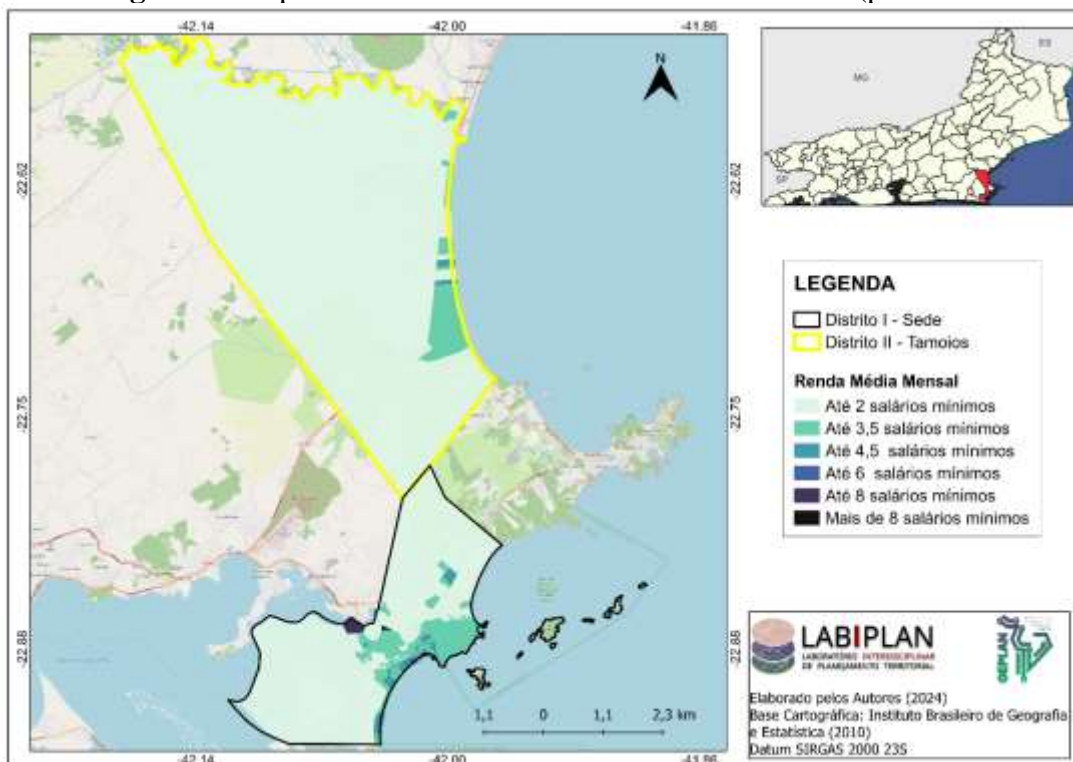
Fonte: Malha de Setores Censitários, IBGE (2010)



Ainda sobre a Figura 2, na região do Distrito I, há uma maior prevalência dessas populações nas áreas mais periféricas e distantes do litoral, além de desigualdades na distribuição de serviços básicos como lazer e saúde. A parte menos negra do município é onde estão localizadas as áreas residenciais exclusivas e de alto padrão, como as coberturas de frente para o mar. Logo, entende-se que a raça também é um vetor da fragmentação socioespacial (figura 3).

A figura 4 permite identificar com clareza a existência de uma concentração de renda mais elevada em áreas mais nobres do município. No entanto, é importante mencionar que na região do Distrito II, há três pontos com os salários mais elevados da região. Esses pontos consistem em condomínios fechados e são considerados bairros, de acordo com a Lei nº 3.275, de 20 de Abril de 2021<sup>6</sup>, sendo eles respectivamente: Orla 500, Verão Vermelho e Long Beach. À vista disso, diante de toda complexidade política, econômica e social que afeta a dinâmica espacial, esses dados representam como esses “loteamentos” são visto como símbolos de exclusão e segregação, no que toca Sposito e Góes (2013), em meio a globalização “a homogeneização de espaços e pessoas se combina com os esforços de diferenciação”, isto é, há uma certa tendência política e/ou econômica de construir barreiras físicas ou sociais, visando separar e controlar o acesso das pessoas ao território.

**Figura 4:** Mapa da Renda média mensal em Cabo Frio/RJ (por setor censitário)



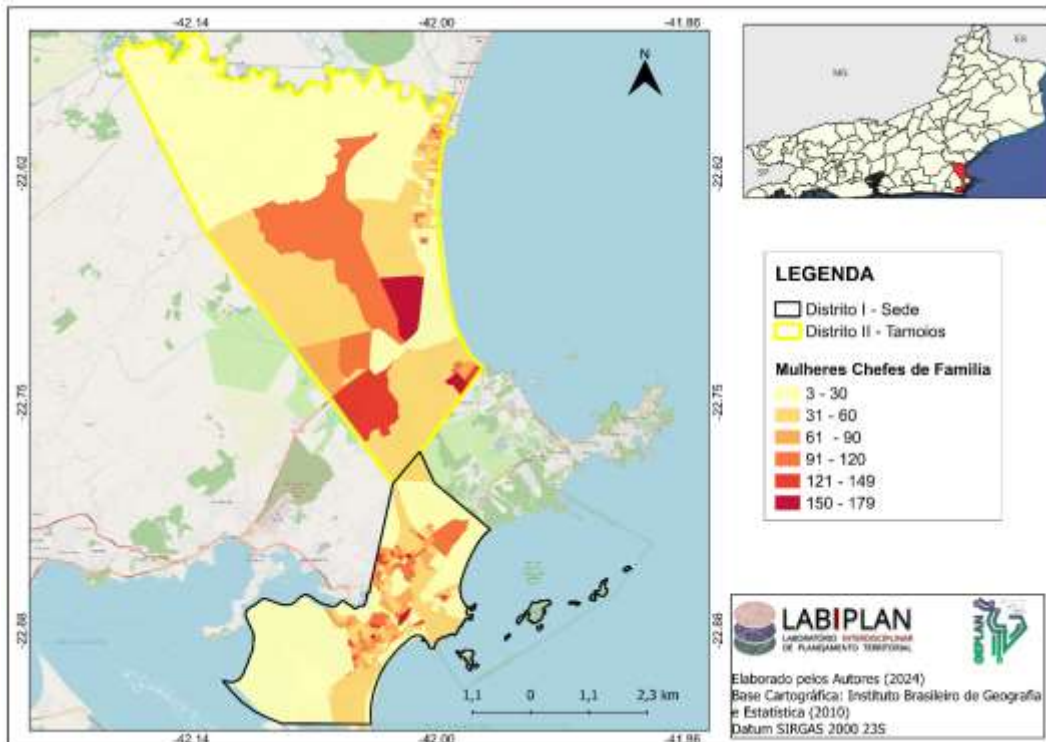
Fonte: Malha de Setores Censitários, IBGE (2010)

<sup>6</sup> Lei Municipal que define o abairramento, fixa a divisão, denominação e respectiva delimitação dos bairros de Cabo Frio

A análise de dados das mulheres chefes de família, figura 5, esclarece mais uma vez o vetor da fragmentação, pois elas estão localizadas nas áreas periféricas e rurais com maior predominância, logo, influenciará diretamente na forma como elas acessam e ocupam o espaço urbano. Analisando esses dados em conjunto com população negra, renda média os dados têm uma familiaridade espacial, a qual explica a situação desse grupo dentro do município. Está evidente nas duas áreas dos dois Distrito que há mais vulnerabilidade.

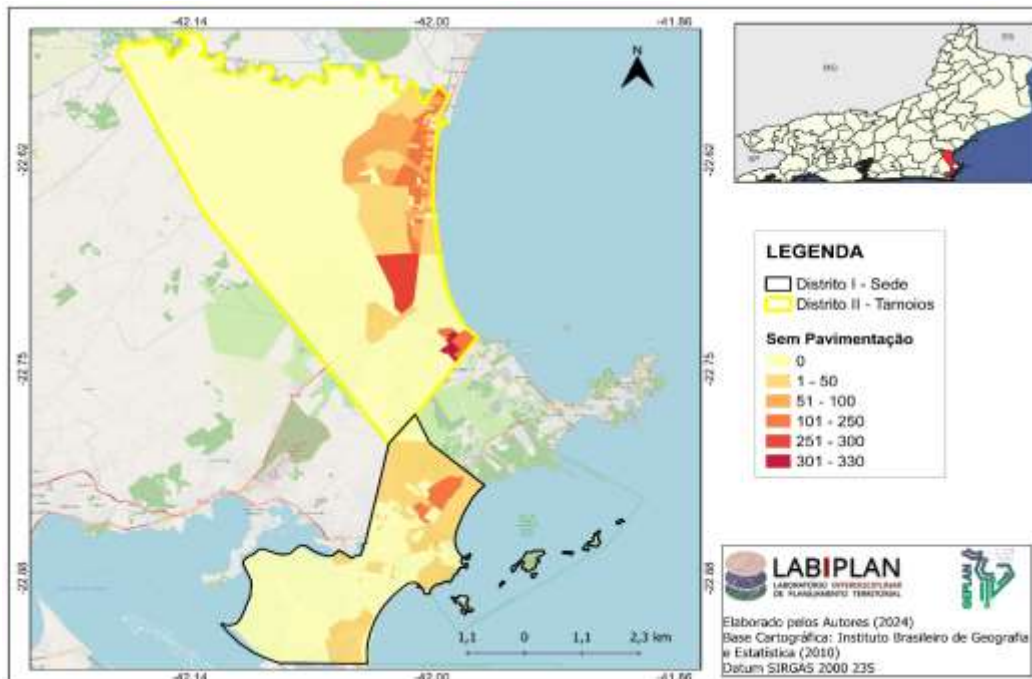
Por fim, as últimas duas figuras (figuras 6 e 7) ilustram dados relacionados à infraestrutura urbana, a falta de bueiro traz riscos à saúde e a falta de pavimentação afeta a integridade social e qualidade de vida dos moradores. Nota-se que a precariedade continua concentrada em uma região.

**Figura 5:** Mapa de Mulheres chefes de Família em Cabo Frio/RJ (por setor censitário)



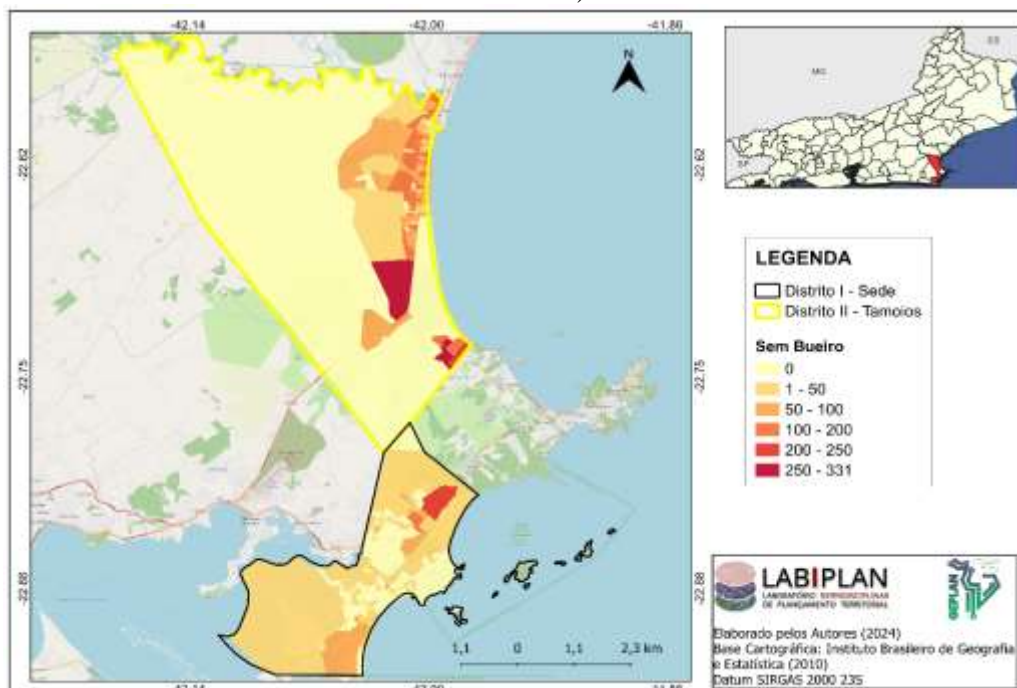
Fonte: Malha de Setores Censitários, IBGE (2010).

**Figura 6:** Mapa do Entorno dos domicílios sem pavimentação em Cabo Frio/RJ (por setor censitário)



Fonte: Malha de Setores Censitários, IBGE (2010)

**Figura 7:** Mapa do Entorno dos domicílios sem bueiro em Cabo Frio/RJ (por setor censitário)



Fonte: Malha de Setores Censitários, IBGE (2010)

## 5. Considerações Finais

A incorporação do paradigma de fragmentação socioespacial acoplado às representações cartográficas, nos possibilitou a compreensão das dinâmicas urbanas que resultam na divisão da cidade, sobretudo, no que toca a infraestrutura da cidade, foi notório perceber que o território do segundo distrito é o mais acometido nessa relação.

Durante o estudo foi identificado dois cenários de fragmentação, o primeiro na escala Metropolitana, entre os municípios produtores de petróleo, iniciando-se nos anos 1990 com a Lei do Petróleo, com a febre emancipatória, motivados a disputar os recursos bilionários da exploração do petróleo e o segundo, a Fragmentação na escala Local, em que ocorre uma disputa dentro da localidade, relacionadas às diferenças socioeconômicas e culturais nos diversos segmentos da população, gerando conflitos e segregações urbanas.

Existe uma dinâmica dentro de Cabo Frio/RJ, onde a população do Distrito II não se sente pertencente ao tecido urbano do Distrito I, pois desde sempre as políticas públicas não assistem essa população e para além de não existir um eixo com fluidez que conecte essas duas áreas. O acesso à mobilidade urbana é muito moroso, principalmente para quem vive na área rural.

O mapeamento feito demonstrou que a região de Cabo Frio possui uma dinâmica populacional diversificada e que foi influenciada a partir da construção da Rodovia Amaral Peixoto, aplicando a feição de população negra no cartograma, conseguimos identificar a maior prevalência de população negra nas áreas periféricas e mais distante do litoral, destacando que a sul do Distrito II é uma área composta por condomínios fechados e maior poder aquisitivo, considerados como bairro. Ademais, os maiores índices de concentração de renda estão no centro e região da praia, no Distrito I. Os mapeamentos sobre Mulheres e Entorno se correlacionam com todas as outras variáveis, reforçando a hipótese que essas dimensões são cruciais quando analisamos o território a partir do conceito de fragmentação socioespacial.

Reconhecemos que é necessária a construção de políticas urbanas que incluam as práticas urbanas e cotidianas de todos os segmentos. Para além de fortalecer as práticas de pertencimento dentro dos territórios, por meio da construção de espaços públicos, equipamentos de saúde, segurança pública e acesso a infraestruturas básicas. É necessário garantir que esse repasse seja investido igualmente dentro do município.

## Referências

ALVES, Afonso Muzzo; FURINI, Luciano Antonio. Fragmentação Socioespacial Urbana: tendências em uma cidade de porte médio. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 56-75, 2020.

BELLINI, Juliana Higa; STEPHAN, Ítalo Caixeiro. A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado nos Municípios Produtores de Petróleo e Gás das regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 27, p. 42–63, 2015. DOI: 10.12957/geouerj.2015.11702

CORREA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos.** 2011. 316 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo, Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte, Humanitas, 2004.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: Delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81. p. 235-248, 2021.

MARCUSE, P. **Of states and cities: the partitioning of urban space.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. **Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale: une approche critique de la notion de fragmentation.** In: DORIER-APRILL, Elisabeth (dir.). **Vocabulaire de la ville. Notions et références.** Paris: du Temps, 2002.

NUNES, Nathan da Silva. A influência do recebimento de royalties do petróleo nas fragmentações territoriais nas baixadas litorâneas, RJ. In: **Anais do 1º Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas.** Porto Alegre: Letra1, 2015. p. 1315-1320.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B; (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, p. 123-145, 2011.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo: Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos.** Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo, Studio Nobel, 2001.